

- COLEMAN, James S. — The Methods of Sociology, in *A Design for Sociology: Scope, Objectives and Methods*, Edited by Robert Bierstedt, The American Academy of Political and Social Science, Philadelphia, April 1969.
- COTTRELL, Leonard S. — The Analysis of Situational Fields in Social Psychology, in *Small Groups, Studies in Social Interaction*, Edited by A. Paul Hare, Edgar F. Borgatta, Robert F. Bales, 1955, Alfred A. Knopf, New York, 1955.
- DURKHEIM, Émile — *Le Suicide, Étude de Sociologie*, Presses Universitaires de France, Paris, 1960.
- As Regras do Método Sociológico, trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963.
- HART, Hornell — *Interacción, Interacción Social*, in *Diccionario de Sociologia*, Henry Pratt Fairchild, Editor, trad. de T. Muñoz, J. Medina Echavarría y J. Calvo, Fondo de Cultura Económica, México, 1949.
- KERLINGER, Fred N. — *Foundations of Behavioral Research, Educational and Psychological Inquiry*, Holt, Rinehart and Winston, Inc., New York, 1967.
- THOMAS, William I and ZNANIECKI, Florian — *The Polish Peasant in Europe and America, Volume I*, Dover Publications, Inc., New York, 1958.
- SICHES, Luis Recaséns — *Tratado de Sociologia, Volume II*, Trad. de João Baptista Coelho Aguiar, Editora Globo, Porto Alegre, 1965.
- SIMMEL, Georg — *Soziologie, Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftungen*, München und Leipzig, Verlag von Duncker & Humblot, 1923.
- SMELSER, Neil J. — The Optimum Scope of Sociology, in *A Design for Sociology: Scope, Objectives, and Methods*, Edited by Robert Bierstedt, The American Academy of Political and Social Science, Philadelphia, April 1969.
- SOROKIN, Pitirim A. — *Social and Cultural Mobility*, The Free Press of Glencoe, Collier-Macmillan Limited, London, 1964.
- WEBER, Max — *Wirtschaft und Gesellschaft, in Grundriss der Sozialökonomik, III Abteilung, I. Halbband*, Tübingen 1925, Verlag von J. C. B. Mohr (Paul Siebeck).
- VON WIESE, Leopold — *Sociología (História y principales problemas)*, Traducción por Rafael Luengo Tapia, Editorial Labor, S. A., Barcelona, 1932.

Historicidade e Exemplaridade

NELSON NOGUEIRA SALDANHA

(Ensaio escrito originalmente para o volume de ensaios em homenagem a Miguel Reale)

Assim como o saber histórico não se acha referido a um mero “passado”, no sentido morto e estático desta palavra, do mesmo modo já não cabe falar da História apenas como referida às “singularidades”: a idéia de história é, para a consciência culta, instrumento de permanência, sendo a história a ocasião mesma de permanências e singularidades. Os “eventos” históricos se dão sobre linhas constantes e traços permanentes. O saber histórico, em qualquer de seus graus, se faz de referências acumuladas sobre determinados objetos, cuja caracterização e localização nos contextos de tempo e espaço não poderiam implicar tão somente categorias “singulares”.

Na verdade, é a repetição ou persistência de tais referências que faz um objeto histórico, ou seja: dá-lhe, ao evento ou à figura, imagem historicamente caracterizada. O saber histórico, que por si mesmo é *comparador*, já pela tradição que remonta aos gregos, já pela índole mesma e pela intenção da perspectiva do historiador, vai-se fazendo e refazendo com referência a dados plurais que se combinam. A comparabilidade dos dados, que a ciência histórica utiliza, corresponde ao sempre alegado caráter “singular” dos objetos do saber histórico (caráter que levou Windelband, na distinção famosa, a opor aquela ciência, como *idiográfica*, às ciências *nomotéticas* ou *generalizantes*). Mas o fato, ou a imagem, que é o dado histórico, é singular dentro de generalidades. Isto é: não se acha solto nem desligado, acha-se posto numa perspectiva, num contexto feito de traços gerais. Esses traços são também parte do fato, são também objeto do saber histórico. Com singularidades e permanências faz-se a história, cuja configuração, em última

análise, provém do nosso modo de ver. Nós os pomos no tempo como única ou básica forma de ordená-los.

As comparações, entretanto, implicam *exemplos*, ou os configuram. Um fato, confrontado com outro, assume condição de modelo. Se por um lado o pensamento humano trabalha sempre com símbolos, por outro lado, todo símbolo é *exemplo* em nível superlativo e fundamental; e a tarefa de historiar consiste, *grosso modo*, numa maneira especial de situar figuras que — ao menos em potencial — são símbolos. Situamo-los numa seriação especial, dando-lhes recíproco destaque em função de critérios metodológicos ou ideológicos que decorrem de alguma visão do mundo. Toda tarefa historiográfica supõe uma intenção que é doutrinária, ou doutrinariamente formulável (ainda que se declare inteiramente objetiva), e supõe coordenadas de tempo e dosagem de acentos e ênfases que são critérios para situar fatos. Pensar o historiador mexendo apenas com conhecimentos ditos “singulares” seria apoucar seu trabalho e torná-lo estranho a todo *significado*.

Como se sabe, a visão que se tem de uma determinada figura histórica, ou de determinado fato ou período, varia conforme as gerações ou as motivações: seja o caso de Maquiavel, cuja imagem foi tão diferentemente refeita desde o século XVII, seja o da Revolução Francesa, que tem sido narrada de modos diversos, consoante diversos prismas.

Os exemplos, de que se trata ao construir-se o conhecimento histórico, tendem, por um processo próprio do entendimento, a “estabilizar-se”, a ficar retidos num encaixe de tempo e espaço. Com isso se relaciona a *inclinação*, perfeitamente explicável, de considerar a história como perspectiva do passado: o presente “puro” seria a unicidade absoluta da experiência, ainda não transformável em *exemplo*; isto dura um momento, à falta de coordenadas sobre que a experiência seja posta, situada numa continuidade. Os exemplos são representatividades situadas.

Esta necessária continuidade, sobre a qual se deitam e se riscam as demarcações “exemplares” dos fatos vistos *como his-*

tória, torna precário qualquer tentame de *dividir* a história. Mesmo as divisões interculturais se precarizam (e Spengler teve de ser radical, em sua idéia da recíproca impermeabilidade das culturas, para sustentar sua teoria, que dissolve a continuidade “geral” da história). Karl Jaspers, preocupado com a distinção entre história e pré-história, propôs considerar a primeira como a parte “claramente visível” do passado humano, e a segunda a desconhecida. O problema da *passagem* de uma à outra é, entretanto, o busilis da questão: e sempre é um conceito “histórico” o que tenta entender essa passagem, como introdução de novas formas de ação. Por outro lado, a falta de “conhecimento” da pré-história significa um horizonte variável e portanto um marco móvel, pois os avanços do conhecimento podem deslocar a faixa, já de si incerta, que separa o conhecido e o desconhecido, ou o “mais” conhecido e o “menos” conhecido.

Tradicionalmente, o acervo de referências da historiografia apresenta tópicos vincadamente exemplares: é Roma, a que sempre se reinterpreta, são os paralelos (ou correspondências), é a idéia de Pátria, alimentada de exemplaridades convergentes. O chamado “mundo clássico” é outra concentração de exemplaridades, que desde séculos se atribuem a um grupo de figuras e de tópicos correspondentes a um tempo e um lugar peculiares. O “clássico” e o “moderno” são exemplaridades complementares com que vêm jogando o historiador e o pensador, nos últimos séculos. Com a idéia da obra “clássica”, veio ocorrendo uma sobrecarga de exemplaridade. Há autores que chamam a Odisséia “o mais humano dos poemas”, o que, é óbvio, não se explica propriamente, ou apenas, por qualidades intrínsecas do livro, mas pela permanência de *referências* que vieram fazendo da obra de Homero um exemplo fundamental. Com isso a Odisséia se fixou como exemplarmente “histórica”, e histórica num sentido crescente, e crescentemente universalizado. O ponto de vista histórico, que de certa forma idealiza os objetos, vai universalizando as realidades nacionais e tornando-as exemplarmente “humanas”, tornando-as em tipos genéricos: a polis (grega), o parlamentarismo (inglês). Não seria descabido, talvez, lembrar a tendência universalizante da men-

talidade *burguesa*, e a burguesia, dos séculos XVII ou XVIII em diante, fez ciência histórica com enorme intensidade. Muitas vezes, à cata de *exemplos*.

Ao atribuir-se, a um objeto histórico, uma exemplaridade em dimensão universal, dá-se-lhe um cunho *pedagógico*. O exemplo ensina (e isto é verdade banal desde o âmbito mais comum da experiência), de modo que a história — cujo caráter de “mestra” é tão alegado — é mestra precisamente nisso e por isso: ela faz dos fatos pontos de referência, faz do conhecimento do “feito” baliza para o do “fazer”. As revoluções que a história política registra são, neste sentido, pedagógicas, como o são as guerras, as revelações doutrinárias e tudo o mais: o sentido de cada uma se compreende, no fundo, sobre o exemplo das demais, e estas se situam sobre uma tela de universalidade.

X X X

Quando uma determinada concepção da história nos tenta convencer sobre a questão dos “fatores” da evolução histórica, em geral apresenta uma combinação exemplar de causas e efeitos, formulada em termos de demonstração. Por outro lado, a consideração de *valores* na história envolve uma distinção (hierárquica ou não) de tais valores, que se distribuem diferencialmente através das épocas, o que implica um destaque diferencial de exemplaridades. Assim, o valor liberdade é entendido de um modo no “mundo antigo” e de outro, no moderno (veja-se o conhecido debate construído a partir do ensaio de Benjamin Constant); o valor igualdade tem sentido diferente antes e depois do cristianismo, como antes e depois do socialismo.

Cada grande doutrina arruma os dados do material histórico utilizando exemplos ilustres que se tornam problemática decisiva dentro da “ordem de problemas” que abrange. Em Vico e Turgot, ou em Condorcet, o espírito humano servia de paciente para uma urgente *revisão* de etapas — num, tidas como cíclicas, nos outros, progressivas e cumulativas. Em Comte, o progresso e sua cumulatividade estão vistos sobre três gran-

des faixas de tempo, irreversíveis. No marxismo, o sistema capitalista assume condição de *exemplo* central na visão da história, recuada e reapreciada a partir dele (o apego ao fator econômico corresponde então a uma descrição mais convincente das exemplaridades dessa visão). Ver a história como “obra do herói” ou como “produto das massas” corresponde, em grande parte, a dar ênfase a tais ou quais exemplos, isto é, a trabalhar com essas ou aquelas combinações.

O relativismo pretensamente total de Spengler concebeu cada grande cultura como símbolo e exemplo em sentido irreduzível, e em seu panorama o destaque de cada elemento próprio desta ou daquela cultura se monta sempre sobre exemplos: o cálculo infinitesimal europeu exemplifica a alma fáustica, como a álgebra grega exemplifica a alma antiga, e assim por diante.

X X X

Quando se trata de história de idéias, não de fatos ou situações sociais, costuma-se procurar um crescimento diferenciado, onde cada teoria possui sua unicidade. Entretanto, as recorrências existem, e as exemplaridades-aí estão: sejam, como casos egrégios, as doutrinas de Platão ou as de Kant. A integração histórica do pensamento revela ligações e “filiações”, e as teorias que exerceram *influências* são as que serviram de *exemplos*. De certa forma, a carga de *historicidade* apresentada por determinadas idéias, ao mesmo tempo em que corresponde a sua inserção num contexto bastante expressivo, corresponde também a essa exemplaridade (como a teoria política de Maquiavel ou a de Locke). Semelhante exemplaridade é, portanto, uma espécie de representatividade: a teoria em causa “ficou” como expressão de uma circunstância, bem como de uma atitude pessoal, e também como modelo ou referência literária e doutrinária para *outras* que a história revela e abriga.

Aliás, o emprego do método das gerações pode confirmar para o historiador esta recorrência: há gerações que se “destacam” mais pela exemplaridade de certos integrantes, ou pela

especial importância das configurações históricas a que estão ligadas. Se se compara algum grupo literário com a "geração de Goethe" mais facilmente que com a de Rilke, é que, na primeira, a exemplaridade histórica *ficou* maior. A "justiça" dos destaques pode ser discutível, pois eles derivam sempre de um modo de ver; contudo a coisa é assim.

Entretanto, poder-se-ia perguntar pela perspectiva atual ou emergente da história, a que capta a formação mesma do futuro: onde encaixam aí as exemplaridades? Em realidade, nosso tempo, saturado de visão histórica, começa também a saturar-se com as previsões do futuro. Atulhada de exemplos do passado, a vida (incluindo o cotidiano com a moda e as pequenas artes) combina interminavelmente modelos velhos e recentes; mas a tecnologia abre inexoravelmente possibilidades novas, pouco controláveis por exemplos passados, e inacessíveis (ao menos diretamente) às formas assentes de *ethos*. A atitude tipicamente favorável à semelhante situação será, então, a antevista fundada em dados positivos, nos quais, porém, se insinua a exemplaridade das experiências feitas e julgadas, agora a serviço das experiências programadas. De outra índole serão a atitude de advertência (admoestação crítica tipo Huxley), ou a utopia como adesão emocionalizada.

Já que foi tocado o problema das utopias, é consabido que elas em si são exemplos, mas que, por seu turno, cavalgam sobre exemplos: o exemplo de Esparta atuou na elaboração do ideal político de Platão, que por sua vez serviu a tantos posteriores. A exemplaridade das *utopias* pode ser aparente e equívoca, tanto mais que, e isto aliás foi sublinhado por Scheler, há utopias com vistas ao passado e utopias com vistas ao futuro: umas nostálgicas, outras, messiânicas. Todas de resto se assemelham ao *mito*, cuja exemplaridade, em si mesma extrahistórica, revela raízes históricas em determinado prisma. Do mesmo modo, as idéias platônicas, arquetípicas e extraterrestres, poderiam parecer o caso da exemplaridade sem historicidade; mas uma crítica exigente poderia tentar a "redução" delas aos seus condicionamentos reais, e então, como expressão de mentalidade e como formulação teórica, elas adquiririam

dimensão histórica. Por outro lado, isto nos levaria ao problema da liberdade, encarado com relação à vivência histórica: se há uma solidariedade entre o crescimento da consciência histórica e o da consciência de liberdade (provavelmente há), isto é, se o homem vai "conseguindo" uma liberdade *feita* pela sua consciência, isto se deve à disponibilidade de exemplos que a consciência absorve e transfigura. Exemplos que são padrões, que são advertência ou são modelos para a ação.

x x x

Se a história se faz de exemplaridades, que o são como singularidades e com relação a permanências ou coordenadas genéricas, todo saber social deve ter também algo a ver com exemplos. É claro: os outros "saberes" sociais até certo ponto vieram da história, e se alimentam sempre de material histórico. A sociologia de Max Weber, foi, *grosso modo*, ordenação sistemática de vastos e modelares dados históricos. Dentro das ciências sociais mesmas, há temas específicos onde cabe encontrar a nota da exemplaridade (as "pautas" de cultura, que os antropólogos mencionam, são modelos de condutas e de relações); mas onde há o marco histórico a exemplaridade se acentua, se sublinha. A "universalização" de certos conceitos, em determinadas áreas, corresponde à manipulação de categorias históricas: assim, quando se fala em "literatura universal" — noção sempre posta a partir da famosa alusão de Goethe —, se pressupõem literaturas parciais como realidades concretas. Têm-se as guerras e a guerra, as religiões e a religião: o milenar problema grego do "conhecimento do geral" aqui se refrata entre as quinas de exemplos maiores e menores (1).

Por tudo isso, fazer teoria social sem referências históricas será sempre vão e insuficiente. Nossa época, dita tecnológica, senão já tecnocrática, com tremenda especialização no campo científico, parece trazer consigo um violento antídoto às nostalgias históricas; perigoso antídoto porém, condutor de equívocos. A aceleração do "ritmo" da história, que a tecnificação acarreta ou acompanha, oferta aos olhos do homem de hoje uma profusão caleidoscópica de exemplos cuja sistemati-

zação tem de ser a cada passo tentada. Esta sistematização tem até de ser, talvez, um desconto na excessiva racionalização dos dados e dos esquemas vigentes. Não se dispensa a mirada histórica, portanto, nestes tempos de insolentes painéis eletrônicos: ela deve ser constante para o salutar contacto do homem com as realidades humanas.

Diante do envolvente turbilhão de informações e técnicas, a consciência do homem tem hoje de reabrir a cada passo o mapa de exemplos que é o saber histórico, para se orientar e para manter vivo o sentido do humano.

Se consideramos a imagem da história como expressão da consciência humana, a exemplaridade do fato histórico terá maior ou menor significado consoante a paradoxal relação entre a representatividade de cada um dos dados e sua permanência como "atualidade" humana. Como resultado, o fato histórico mais significativo (mais exemplar) exprime seu momento e vai além dele: está ligado a uma conjuntura, que necessariamente passa, e entretanto — como calha à visão da história o termo "entretanto" — está destinado a ficar, a ficar *visto* pela consciência da posteridade militante que é a notícia histórica, feita para alimentar consciência.

(1) A propósito, caberia distinguir entre a exemplaridade, que aqui se atribui ao fato histórico, e a tipicidade, que na sociologia "tipologista" se atribui a determinados conceitos. Os tipos, em sociologia (valha Weber), são como que construções, onde uma generalidade não plena serve de aproximação à análise do real. A exemplaridade do fato histórico decorre do próprio momento em que, flagrado pelo historiador, é posto sobre um fundo e comparado a outros; cresce com a justaposição de referências que sofre.

Outra observação. No caso da teoria jurídica, o conceito de *modelo*, afim ao de exemplo, foi recentemente utilizado pelo professor Miguel Reale (cf. O Direito como Experiência, 1968, ensaios VII e VIII). Para Reale, as estruturas sociais, vistas pelo jurista, são elas mesmas "sistemas de modelos"; e são estruturas normativas na medida em que qualificam tipologicamente comportamentos futuros. Com isso, o brilhante mestre tridimensionalista procura superar a velha teoria das fontes, hoje atravancada de equívocos e anacronismos, substituindo-a por uma visão mais funcional da relação entre a aplicação do direito e a existência de formas previstas para ordenar tal aplicação.

Estabilidade de Professor Titular Conforme o Parágrafo 2.º do Artigo 177 da Constituição Federal

SYLVIO LORETO

1 — O Problema — Para uma análise de alcance e repercussões do art. 177, § 2º da Constituição de 1967, particularmente, aplicado ao atual cargo de Professor Titular em universidade federal, são de todo indispensáveis considerações e estudos com referência a diversos pontos. Na verdade, o assunto tem dado margem a debates e controvérsias. Tem havido, inclusive, citação e invocação de decisões dos Tribunais Superiores, como é o caso do Agravo em Mandado de Segurança nº 60.776 — Pernambuco, no Tribunal Federal de Recursos. Tais citações, "data venia", não correspondem à segurança jurídica que pretendem, ao tentar negar aplicação daquele texto ao cargo de Professor Titular.

É fundamental fugir das generalizações apressadas, para se penetrar em profundidade na matéria. É o que pretendemos realizar de forma concisa, nesta oportunidade, atingindo aqueles pontos que nos pareceram mais controvertidos.

A estabilidade, em seu sentido genérico, pode ser definida nos mesmos termos em que o fez Hirosê Pimpão, em seu "Estabilidade no Direito Positivo Brasileiro": "É o direito que todo indivíduo adquire ao lugar que ocupa e às vantagens, depois de certo lapso de tempo a serviço efetivo de um particular, do Estado ou dos entes autárquicos, durante o qual demonstra capacidade e aptidão para o desempenho do cargo, não podendo ser demitido se não em virtude de falta grave ou de um motivo justo devidamente comprovado em inquérito administrativo" (1).